

O ENSINO DA FLEXÃO VERBAL SOB O PONTO DE VISTA DA GRAMÁTICA NORMATIVA E DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

Lidiane Dias de Souza

Resumo: O Intuito do presente artigo é discutir como os tempos verbais são abordados por livros didáticos do 6º ano do Ensino Fundamental e verificar a existência de uma proposta de ensino orientada pelos PCN. A finalidade desse espaço é dialogar e refletir acerca de um ensino de gramática mais funcional com a intenção de provocar uma reflexão de nos professores. Essa investigação é de extrema relevância, pois os tempos verbais geralmente são trabalhados de forma mecânica e descontextualizados nas gramáticas normativas e nos livros didáticos. A pesquisa é de cunho descritivo e bibliográfico, orientada pelos estudos da variação linguística, sobre uso dos tempos verbais e a obsolescência de alguns deles. Essa pesquisa salienta a importância em se considerar não apenas a estrutura, como também, os aspectos pragmáticos, pois, não se pode limitar a abordagem dada aos verbos, enquadrando-os em um modelo fixo e imutável. Pelo contrário, os tempos verbais devem ser vistos como flexíveis, analisando-se a forma e a função que exercem em determinado enunciado.

Palavras-Chave: tempos verbais; livros didáticos; variação linguística; obsolescência; ensino tradicional.

Abstract: *The purpose of this article is to discuss how the tenses are addressed by textbooks of the 6th year of elementary school and check for an educational proposal guided by PCN. The purpose of this space is to dialogue and reflect on a more functional grammar school with the intent to provoke a reflection on teachers. This research is extremely important because the tenses are usually worked mechanically and decontextualized in normative grammars and textbooks. The research is descriptive and bibliographic nature, guided by studies of linguistic variation on the use of tenses and obsolescence of some of them. This research highlights the importance of considering not only the structure, but also the pragmatic aspects, because it cannot limit the approach to the verbs, framing them in a fixed and unchanging model. On the contrary, the tenses should be seen as flexible, analyzing the form and function they fulfill in a given statement.*

Key words: *verb tenses; Didactic books; linguistic variation; obsolescence; traditional teaching.*

Introdução

Trabalhar com o ensino de Português não é uma tarefa fácil, principalmente quando não há materiais de apoio adequados para este ensino. O Intuito do presente artigo é discutir como os tempos verbais são abordados por livros didáticos do 6º ano do Ensino Fundamental e verificar a existência de uma proposta de ensino orientada pelos PCN.

A finalidade desse espaço é dialogar e refletir acerca de um ensino de gramática mais funcional com a intenção de provocar uma reflexão nos professores, nos acadêmicos e nos

estudantes sobre o ensino que se têm e o ensino que se quer; para que assim, seja capaz de encontrar a melhor forma de trabalhar em sala de aula com a "norma padrão" e, com isso, fazer com que a aprendizagem efetivamente aconteça, tornando-se notável para o aluno.

Já cientes das inúmeras divergências existentes entre as perspectivas tradicionais e funcionais, procura-se investigar mais a fundo essas distinções e, a partir daí, estabelecer uma reflexão mais crítica de como estão os materiais didáticos de ensino dos tempos verbais.

Podemos observar que o ensino gramatical dos livros didáticos está baseado em metalinguística¹ (descrição, classificação). A importância deste estudo se justifica pela necessidade em se reconsiderar conceitos sobre o ensino de gramática como algo distante, complexo e dificultoso, devido à conservação do ensino tradicional dentro das escolas. Para mudar esse conceito de ensino é importante transformar o modo de analisar o português brasileiro tratando-o não mais com discriminação, mas sim como uma nova utilização verdadeira da língua.

Brasil (1997) declara não se justificar o ensino da gramática de forma descontextualizada e que a prática de reflexão sobre os aspectos gramaticais da língua portuguesa devem se dar por meio de atividades epilinguísticas,² que operam sobre a própria linguagem, a fim de realizar uma reflexão em situações de produção e interpretação de textos, para que possam potencializar o seu domínio pessoal e social que pedem um uso eficiente da linguagem verbal.

O ensino da Língua Portuguesa é apresentado como uma área em movimento, pois um dos objetivos dos PCN é que se abandone o excesso de regras e tradicionalismo nas escolas, devendo centrar-se em atividades epilinguísticas para fundamentar o ensino na observação do comportamento linguístico dos alunos.

Essa pesquisa é de cunho descritivo e bibliográfico, orientada pelos estudos da variação linguística e salienta a importância de se trabalhar os tempos verbais inseridos em uma situação comunicativa, considerando-se não apenas os aspectos estruturais, como também, os aspectos pragmáticos, pois, não se pode limitar a abordagem dada aos verbos, enquadrando-os em um modelo fixo e imutável. Pelo contrário, os tempos verbais devem ser vistos como flexíveis, analisando-se a forma e a função que exercem em determinado enunciado.

Português Brasileiro X Português de Portugal

A língua portuguesa falada no Brasil apresenta algumas diferenças em relação à língua falada em Portugal. Ao serem comparadas, percebe-se que palavras utilizadas no português do Brasil não são as mesmas encontradas no português lusitano. SÓ PORTUGUÊS (2016)

¹Metalinguística: É a utilização do código para falar dele mesmo: uma pessoa falando do ato de falar, outra escrevendo sobre o ato de escrever, palavras que explicam o significado de outra palavra.

Ex: Ordenada: Análoga a uma lógica não comutativa. Uma metalinguagem criada para falar sobre um objeto, seguida pela criação de outra metalinguagem para descrever a primeira e assim por diante.

²Epilinguísticas: Atividade condizente à reflexão sobre a língua em contexto de uso, isto é, em situações reais de interação comunicativa de forma inconsciente e não do ponto de vista estrutural.

Ex: Trabalho epilinguístico.

Português do Brasil	Português de Portugal
Calcinha Pedestre Homossexual Fila Jaqueta	Cueca Peão Paneleiro Bicha Futebolista

A diferença na pronúncia é notória quando comparamos as duas línguas. SÓ PORTUGUÊS (2016), “os brasileiros possuem um ritmo de fala mais lento, no qual tanto as vogais átonas quanto as vogais tônicas são claramente pronunciadas. Já em Portugal, os falantes costumam não pronunciar as vogais átonas, pronunciando *bem* apenas as vogais tônicas tornando a fonética deles extremamente complicada”.

Português do Brasil	Português de Portugal
Esperança Pedaço	Esp'rança P'edaço

É comum observar que algumas construções sintáticas orais comuns no Brasil não são utilizadas em Portugal, tais como: Colocação do pronome oblíquo em início de frase.

Português do Brasil	Português de Portugal
Me dá um presente?	Dá-me um presente?

Segundo Só Português (2016), essa construção, pronome oblíquo em início de frase, jamais se encontra no falar dos portugueses mesmo entre os “sujeitos com menor letramento formal”. Sem dúvida alguma, deve-se ao fato do pronome ser totalmente átono para os portugueses e tônicos para os brasileiros. Sobre a colocação dos pronomes oblíquos no “português brasileiro” além de registrarem que, a regra geral é a próclise e que o clítico aparece junto ao verbo temático, há também o uso frequente de gerúndio, ao invés de perífrase verbal (infinitivo precedido de preposição).

Português do Brasil	Português de Portugal
Estou preparando o almoço	Estou a preparar o almoço

Para Bagno (2007), o português brasileiro é uma língua e o português europeu é outra. Muito aparentadas, familiarizadas, mas diferentes. (IBIDEM, p.16) “a formação da norma padrão das grandes línguas europeias, sempre esteve presente um forte autoritarismo, um espírito elitista e oligárquico, de exclusão da maioria e inclusão de uma minoria muito restrita”. Embora haja grande diferença entre o português de Portugal e o do Brasil, a verdade é que as formas futuras também são pouco usadas em Portugal, são substituídas por construções fráscas baseadas no tempo presente, especialmente no discurso informal e oral: ***Viajo semana que vem para Ribeirão Preto.***

A construção mais conhecida do ***Português de Portugal*** é o chamado progressivo, que obtém com; estar a + infinitivo e no ***Português do Brasil*** é estar + gerúndio. (SÓ PORTUGUÊS,2016)

Português do Brasil	Português de Portugal
<i>Eu estarei cantando hoje à noite</i> Estar + gerúndio	<i>Eu estarei a cantar hoje à noite</i> Estar a + infinitivo

Na língua **brasileira** usam-se menos pronomes átonos, sobretudo na 3^o pessoa, usando-se o nominativo ou a forma após a preposição: **Ele deu o bolo a ela**. Também é possível colocar o pronome entre o sujeito e o verbo mesmo em frases afirmativas: **Eu me lavo**

A Mesóclise desaparece na fala dos brasileiros: **Eu lavar-me ei > Eu me lavarei**

Quando em **Português de Portugal** existem dois clíticos, no português do Brasil não se contraem, e por isso um deles passaria obrigatoriamente a outra forma.

Português do Brasil	Português de Portugal
<i>Ele me deu isso</i>	<i>Deu-mo</i>
<i>Ele deu a ela ou Ele deu para ela</i>	<i>Deu-lha</i>

Talvez seja mais adequado afirmar que as línguas evoluíram de diferentes formas devido às diferenças históricas e culturais de cada país em questão. Com certeza o idioma falado nos dois países possui muitas particularidades, podendo até mesmo na comparação entre algumas regiões soar como duas línguas completamente diferentes.

Se analisarmos de uma forma geral, conclui-se que a língua ainda é a mesma, o que difere realmente é a questão do sotaque, da oralidade e da herança cultural, já que a fonética e as expressões são diferentes, construções da situação na qual cada país está inserido.

Parâmetros Curriculares Nacionais

Os PCN foram elaborados com a finalidade de contribuir com técnicos e professores no processo de revisão e elaboração de propostas didáticas, para direcionar as equipes escolares na aplicação de seus trabalhos em todo o Brasil no ensino fundamental e médio. Trazendo novas abordagens e metodologias, orientando os professores quanto à contextualização e quanto à interdisciplinaridade, provocando o senso crítico e a capacidade de assimilação à cerca do ensino de gramática nas escolas. Sendo assim, os PCN não atuam como norma obrigatória para a educação podendo ou não ser adotado pelas instituições educacionais. É necessário que cada escola elabore o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), adaptando esses conteúdos à realidade social da localidade onde está inserida.

Os PCN contêm tanto práticas de organização dos conteúdos, quanto auxiliam na aplicação dos exercícios e na melhor maneira a ser utilizada pelos educadores em várias situações. Vem com o objetivo de dar direcionamento ao ensino nas escolas. Colabora para o processo de interação, de socialização do indivíduo, ou seja, a escola deve ter a língua como processo de aprendizagem partindo do saber prévio do aluno para que, por meio de atividades epilinguísticas, ele conquiste outras habilidades no uso da língua.

O domínio da língua possibilita a participação social plena, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento (BRASIL, 1996, p.16).

A atividade epilinguística é a reflexão que todo falante de uma língua realiza ao operar sobre ela, comparando expressões, transformando-as, dando a elas novas significações, fazendo com que o aluno identifique e reconheça sua língua materna. Conclui-se que o domínio desse emprego abrirá novas possibilidades para expressar suas ideias em diferentes situações, e ainda de seu desenvolvimento de senso crítico, pois não basta apenas ler, é preciso aprimorar a linguagem para participar com sucesso do meio em que está inserido.

De acordo com Brasil (1996, p.26) “a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas”. Cada cultura se apropria de forma diferente das riquezas e variedades linguísticas, sendo assim, dever do professor promover o ensino dos verbos para o uso em diferentes situações sociais.

Portanto, enfatiza-se bastante o propósito de ensinar o aluno a compreender como semelhantes e de igual valor, as diversas variedades do português falado no Brasil, a refletir sobre seu próprio modo de falar a fim de aceitar a diferença como algo positivo e a eliminar a visão equivocada da uniformidade da língua portuguesa.

Análise sob a perspectiva formal

Bechara (2002, p.50) ratifica que a gramática não se confunde com a linguística, tendo em vista os próprios objetivos de cada uma. Para ele, a primeira é normativa e registra o uso da modalidade-padrão, a segunda, como ciência, estuda a linguagem articulada em suas características variadas e particulares; que é formado por múltiplas faces; aspectos e realizações. Bechara esclarece que a gramática é diferente de linguística, visto que a linguística é uma ciência da linguagem. Já a gramática constitui em um conjunto de norma, regra, conceito, isto é, uma tentativa não científica de explicar os fenômenos da língua.

Para ele a língua que o aluno traz de casa vem com uma bagagem cultural e precisa ser aperfeiçoada e separada na escola, para que torne possível o seu emprego nos dois ambientes. “Podemos dizer que o objetivo precípua da escola consiste na formação, aperfeiçoamento e controle das diversas competências linguísticas do aluno” (BECHARA, 2011, p. 19).

Para ele, a gramática normativa analisa a língua como homogênea e o ensino da nossa língua nativa se baseiam nas noções entre *certo* e *errado*, por isso que muitos estudantes afirmam que não sabem nada de português. Todo falante nativo de uma língua já domina uma gramática internalizada, e quando passa a frequentar a escola ele deve aprimorar sua habilidade comunicativa nas variadas situações de fala e escrita, e entender o movimento da sua língua. Ou seja,

“o ensino dessa gramática escolar normativa, é válido, como o ensino de uma modalidade ‘adquirida’, que vem juntar-se (não contrapor-se imperativamente!) a outra, ‘transmitida’, a modalidade coloquial ou familiar” (BECHARA, 2002, p. 16).

O autor defende o uso da gramática normativa; segundo ele, o ensino da língua padrão dispõe ao aluno a possibilidade de escolha em empregar a variação linguística que mais lhe convém à expressão e a interação comunicativa, logo esse ensino deve resultar de um ato de liberdade, não de opressão, com relação à língua. Bechara (2002, p. 17) “acredita que o ensino de gramática normativa resulta da possibilidade de que dispõe o falante de optar, no exercício da linguagem, pela linguagem funcional que mais lhe convém à expressão”.

Em função disso, enfatiza que “a grande missão do professor de língua é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação” (BECHARA, 2002, p. 14).

Bechara (2004) define o verbo como unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza no falar seu significado lexical. O verbo também é definido como critério funcional da organização do falar, como um elemento capaz de ser classificado como "classe gramatical". O verbo é também a unidade que significa ação ou processo de organização para expressar o modo, o tempo, a pessoa e o número. Ressalta que os modos ocorrem conforme a posição do falante entre a ação verbal e seu agente.

Sobre a linguística, Bechara (2002) salienta que a linguística limita os alunos a uma leitura de "massa" e eles acabam perdendo contato com o "*culto*", pois a linguística privilegiaria somente a linguagem "*coloquial*". Assim, a consideração da abordagem tradicional acerca do ensino de língua portuguesa baseia-se na metalinguística, que compreende uma análise sistemática, que implica no uso de conceitos, nomenclaturas, sistematização etc.

Conclui-se que, a gramática normativa é mostrada em forma de regras não nos fornecendo uma explicação sobre o seu funcionamento, mas sim, modelos que devem ser seguidos. Assim, podemos perceber que, para os gramáticos, a língua é tida como um sistema, ou conjunto de sistemas.

Nas gramáticas em que há conceituação, na maioria das vezes, ela surge como um recurso para diferenciar a "língua" da "linguagem", e nesse caso, o foco dos gramáticos é a linguagem e não a língua. Curiosamente, as regras a que se dedicam os gramáticos estão no nível da língua. Na gramática tradicional, observamos uma visão "delimitada", que considera a língua como um sistema de regras que permite a realização da linguagem.

Análise sob a perspectiva funcional

Os conhecimentos linguísticos contribuem com o desenvolvimento do pensamento independente, da observação cuidadosa, acerca dos fatos linguísticos. Para tanto, se faz necessário que os propósitos do estudo da gramática sejam revisados, recondicionados para a aceitação de questionamentos, para a necessidade de explicar afirmações feitas, para a oferta de atividades que envolvam a observação e para a manipulação real dos fatos da língua, que levem os sujeitos a construir hipóteses, apresentando a ideia de que fazer gramática é estudar os fatos da língua e não algo acabado, pronto para ser assimilado (PERINI, 2010, p.39-40).

Perini (2010), por sua vez, aponta a gramática como uma disciplina científica, cujo estudo permite descrever, analisar e explicar os fenômenos reais da língua. Para isso, não basta apenas conhecer a ciência; é preciso também fazê-la, transformando-a em um campo de investigação, de descoberta, de produção de ensino de gramática: O trabalho de reflexão linguística nas salas de aula.

Diferentemente de Bechara (2002), o linguista Perini (2010, p.18), esclarece que "estudar gramática nunca levou ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do Português padrão escrito". Ele reforça que o sucesso gramatical não é compreendido por situações sem nexos, a gramática tem que explicar os fenômenos da estrutura da língua, estudando o seu funcionamento para que se alcance um entendimento melhor sobre a língua.

Perini (2010), em sua Gramática do Português Brasileiro faz uma breve descrição sobre o uso dos tempos verbais do português contemporâneo. Segundo ele, o tempo verbal diz respeito à categoria linguística caracterizada pelos três tempos básicos: o passado, o presente e o futuro.

Para ele é inevitável que se apresente as diferentes formas verbais em utilização no português brasileiro contemporâneo como: **eu, tu/você, ele (a), nós/a gente, vós/vocês, eles (as)**. As alterações pelos quais as formas linguísticas passaram não influenciaram apenas o paradigma pronominal do caso reto. Essa conduta complexa dos pronomes “*você e a gente*”, agregando as formas originárias, acabou resultando em uma reestruturação também no paradigma verbal. Pode-se observar no quadro de Perini (2010).

Eu ando	> Eu ando	
Tu andas	> Tu anda	
Ele (a) anda	> Ele (a) anda	> Você anda
Nós andamos	> Nós anda (mos)	> a gente anda (mos)
Vós andais	> Vocês andam	
Eles (as) andam	> Eles (as) andam	

Esse quadro de Perini representa o padrão de uso no Português Brasileiro. As formas “*tu anda*”, “*nós anda*” e “*a gente andamos*” são típicas da oralidade em alguns retratos sociais e/ou em algumas regiões do Brasil; no entanto, as formas “*você(s) anda(m)*” e “*a gente anda*” são de uso mais generalizado, adentrando a norma culta e sendo bastante frequente também na escrita.

Além do pronome “*vós*” que já não é mais usado em nossa fala, o “*tu*” também já não é muito usado em todo o país. Apenas algumas regiões brasileiras, principalmente na região sul, ainda preservam o pronome “*tu*”, mas não o conjugam adequadamente. Em Santos, no Rio de Janeiro e em algumas cidades do norte e do nordeste, as pessoas usam: “**Tu vai pra casa, hoje?**” Ou seja, fazem o uso de “*tu*” como “*você*”. E não na forma padronizada: “**Tu vais pra casa, hoje?**” Com essa realidade e baseado no uso do português brasileiro ficaria da seguinte forma; *Eu vou; Você vai; Ele vai; A gente vai / Nós vamos; Vocês vão / Eles vão*. Essa forma é como a maioria dos falantes brasileiros usa. Para Perini, essa é apenas uma visão de uso do idioma, e a forma considerada adequada ainda é: **eu, tu, ele, nós, vós, eles**.

Para o autor (2010, p. 220) “o paradigma de um verbo deve incluir não apenas formas simples, mas também formas compostas; e as formas compostas são formadas por auxiliares ter (+particípio verbal); estar (+ gerúndio); ir (+ infinitivo)”. Considera também que o tempo futuro dos brasileiros está presente apenas no modo subjuntivo, sendo este idêntico em todos os verbos regulares, com tendência também nos irregulares. Salienta que o futuro do presente “é de uso muito raro na oralidade e pode ser considerada uma forma própria do padrão escrito”, pois a noção de futuro se expressa através da construção “formada do auxiliar ir + infinitivo, que podemos chamar de futuro composto”, podendo ser expresso também pelo presente simples;

<p>•A forma futuro do presente</p> <p>“No próximo mês vijarei para o exterior”</p>	<p>•A forma presente</p> <p>“No próximo mês viajo para o exterior”</p>	<p>• A forma futuro composto</p> <p>“No próximo mês vou viajar para o exterior”</p>
--	--	---

O pouco uso do tempo futuro e a capacidade do tempo presente de indicar fatos posteriores ao momento de falas ('futuras') levaram alguns estudiosos como Bagno, Perini, Travaglia a afirmarem que a principal distinção de tempo, no português do Brasil, não é entre passado, presente e futuro, mas entre o passado e presente-futuro. No tempo presente simples também se expressa através da construção como uso do *gerúndio + infinitivo + preposição a*. O português lusitano usa o infinitivo regido de *a* nas construções em que o brasileiro prefere o gerúndio.

<i>Português do Brasil</i>	<i>Português de Portugal</i>
<i>O navio está chegando!</i>	<i>O navio está a chegar.</i>

Os apontamentos reflexivos do linguista Bagno (2011) ressaltam que o preconceito linguístico vem sendo alimentado diariamente pelos meios de comunicação, que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro nos instrumentos tradicionais de ensino da língua, ou seja, a gramática normativa e os livros didáticos.

As propostas contemporâneas de Bagno (2011, p.104) apontam que se desperdiça uma grande parte do tempo com fixação e análises de frases soltas e descontextualizadas “no tradicional ensino de gramática”, ainda mais quando se trata dos tempos verbais que na fala do português brasileiro, já se alterou de modo bastante significativa.

Bagno concorda com os PCN quando diz que é preciso levar os estudantes a refletirem sobre a língua que usam por meio de atividade epilinguística, sem a utilização de nomenclatura gramatical e sem a imposição da metalinguística. O autor(2011) reforça que a classificação pode ser sim apresentada ao aluno, mas não com a finalidade de ensinar a língua. Para ele, o foco principal na abordagem deve ser mostrar que a língua varia não só na fala, mas também na escrita das pessoas mais letradas.

Em outras palavras, Bagno propõe um ensino que acarretará numa mudança de atitude em sala de aula por parte dos professores de língua portuguesa; evidenciando que a mudança deve ser ampla e deve refletir na não aceitação de norma, doutrina. Ou seja, deve haver a adoção de uma nova perspectiva crítica em relação a seu próprio objeto de trabalho: a norma culta.

Assim, Bagno (2009, p. 104) chama a atenção para os conceitos de “norma padrão” com “norma culta”; pois esta seria “o uso real da língua por parte dos falantes privilegiados da sociedade urbana”, ou seja, a linguagem real utilizada pelos falantes escolarizados e prestigiados socialmente.

O autor (2009) defende que o que deveria ser ensinado nas salas de aula seria a norma culta brasileira, que é formada pelas variedades urbanas, faladas e escritas por pessoas que vivem em ambientes urbanos que possuem um maior grau de letramento e não a norma padrão em que se baseia o ensino tradicional do português de Portugal.

Com isso, nota-se que a linguagem dos falantes menos escolarizados torna-se estigmatizada e classificada como “*inadequada*” dentro dos critérios gramaticais já fixados no contexto social e cultural brasileiro. A origem dessas concepções de *certo* ou *errado* existente na Língua Portuguesa está no modelo de língua idealizada e cristalizada nas gramáticas normativas de que a língua é homogênea e estável quando, na verdade, ela é o oposto:

“heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e construção” (BAGNO, 2009, p. 36).

Dessa maneira, percebemos que na língua falada além do futuro do presente, o futuro do pretérito também está quase totalmente obsoleto, sendo amplamente substituído. O futuro do pretérito vem sendo substituído pelo pretérito imperfeito do indicativo, principalmente em expressões de hipóteses. No futuro do pretérito fala de um acontecimento futuro em relação a outro, como em: “**Achávamos que eles trariam o jantar > (Achávamos que eles iam trazer o jantar)**”. Essa forma verbal é usada para dar sugestões e fazer pedidos de maneira mais educada: “**Por favor, você poderia repetir o que acaba de dizer?**”

Em diversos casos, o futuro do pretérito pode ser substituído pelo verbo no imperfeito: “**Você poderia me ajudar a limpar a sala?**” ao invés de “**Você podia me ajudar a limpar a sala?**”

Outra forma que substitui o futuro do pretérito é formada pelo verbo IR (auxiliar) no imperfeito, seguido do infinitivo do verbo principal: “**Ninguém descobria, ninguém a veria.**” (Futuro do pretérito) para “**Ninguém ia descobrir, ninguém ia vê-la.**” (Pretérito imperfeito)

“Naquela época você não **podia** imaginar que ele era tão mesquinho. Cabe também observar que a expressão do futuro do pretérito se faz com muita frequência por meio de uma forma composta com o emprego do auxiliar ir: *Se você experimentasse, tenho certeza que **ia** gostar de bacalhau*”. (BAGNO, 2011, p. 167)

Futuro do pretérito composto; para falar de acontecimentos que poderiam ter acontecido no passado, mas que não se concretizaram, utiliza-se a forma composta do futuro do pretérito. O futuro do pretérito composto forma-se com o verbo auxiliar “ter” no futuro do pretérito, seguido do particípio passado do verbo principal como no verbo viajar, por exemplo, **Eu teria viajado**. (**Eu Viajaria**)

Bagno salienta que o tempo futuro dos brasileiros está presente apenas no modo subjuntivo, sendo este idêntico em todos os verbos regulares, com tendência também nos irregulares, pois a noção de futuro se expressa através da construção “formada do auxiliar ir + infinitivo, que podemos chamar de futuro composto”, podendo ser expresso também pelo presente simples, por exemplo;

- A forma do futuro do presente

“**No próximo mês viajarei para o exterior**”

- A forma de presente

“**No próximo mês viajo para o exterior**”

Conclui-se que o conhecimento bem fundamentado do fenômeno da variação permite a incorporação tranquila da noção de que toda língua muda e varia, o que hoje é considerado “certo” já foi tido por “errado” em tempos passados, assim como o que hoje é visto como “errado” pode ser perfeitamente aceito como “correto” no futuro. Os processos de mudança linguística também devem ser abordados para que se crie a consciência de que a língua, como tudo o que existe, está sujeita a transformações.

Bagno (2011, p 188) afirma que os verbos mais empregados no português brasileiro e em todas as outras línguas como: ser, ter, dar, ir, etc, por serem palavras curtas são

frequentemente usados e quanto mais uma palavra é usada, mais tendência ela terá de se contrair ao longo do tempo como: *Vossa Mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*”.

“Enquanto tiver gente falando uma língua, ela vai sofrer variação e mudança, incessantemente” (BAGNO, 2009, p.41). Em vista disso, vimos que a educação linguística é uma maneira de o professor ter uma melhor compreensão sobre o ensino e desempenhar uma aprendizagem mais significativa com seus alunos com o propósito de levá-los à reflexão e a perceberem que as manifestações da língua aparecem na comunicação verbal.

A Investigação Linguística na concepção de Travaglia (1993) expõe que os verbos exprimem processos de vários tipos: ações; fatos; fenômenos da natureza. O verbo se caracteriza por ter flexões, mudando de forma para indicar tempo e modo.

O autor (1993) destaca que o professor deve ser sincero com seus alunos sobre a possibilidade de variações e que há restrições ao uso de uma forma em determinadas circunstâncias, e que estas restrições podem desaparecer em outras. Ou seja, é preciso mostrar que a variação linguística existe e nem sempre é uma questão de certo ou errado.

Segundo Travaglia (1993) a maneira como o professor compreende a natureza fundamental da língua altera substancialmente o modo como estrutura seu trabalho em termos de ensino. Por isso é importante definir quais são os objetivos de ensino, pois é a partir da delimitação das finalidades que se torna pertinente refletir sobre os métodos ou uma dessas concepções; assumindo, por conseguinte, as implicações decorrentes dessas escolhas.

Travaglia (1993) não vê necessidade de detalhar técnicas de ensino ou de se aprofundar em questões teóricas, mas “abre os olhos” dos profissionais da educação quanto as metodologias, concepções de língua e linguagem, preparo e segurança diante dos alunos e das possíveis respostas que receberão durante o processo de interação em sala de aula.

Isso implica no desenvolvimento das competências gramatical e textual. Nesse sentido, tornar o aluno competente para usar a língua, pressupõe empregar diferentes métodos para ajudá-lo a construir frases gramaticais utilizando-se dos recursos da gramática funcional, bem como capacitá-lo a produzir, modificar, qualificar, identificar e julgar textos.

Pesquisa aos livros didáticos

Analisamos a postura didática adotada pelos livros; “Português Linguagens”(2009), “Português Linguagens”(2015), “Para Viver Juntos”(2012), “Português”(2013) e (2016), “Tecendo Linguagens”(2015) voltado para o público do ensino fundamental, focado em especial o 6º ano a cerca do ensino dos verbos.

Durante a pesquisa constatamos que a apresentação dos verbos se dá de forma recorrente em todas as editoras analisadas, seguindo sempre o mesmo padrão com conceituação, situações-modelo de frases soltas, passos de identificação do verbo, tempo e modo sem levar em conta o contexto linguístico. “**Verbos** são palavras variáveis que indicam ação. Beijo pouco; falo menos ainda” (COSTA, et al,2012, p. 230-231).

Nas atividades propostas por CEREJA e COCHAR. (2009, p.233, 235); nas atividades de BERTIN, et al, (2013, p. 206-10; 2016 p. 229- 33), verificamos que a nomenclatura e a imposição de identificação de tempos e modos verbais, reescrita de frases soltas, são itens

priorizados nos livros e, conseqüentemente, no direcionamento das aulas. Consideremos os exemplos:

- A água *ferve* a 100 graus.
- Em 1822, o Brasil *se torna* politicamente independente.
- Amanhã bem cedo eu *termino* esse serviço.

Como é possível perceber, as três frases apresentam o verbo no presente do indicativo, o que é chamado de tempo morfológico ou forma verbal, no entanto, o sentido das formas em cada frase é diferente. Somente na primeira frase o verbo está no tempo presente e fazendo sentido de tempo presente. Na segunda, o verbo está no presente, mas fazendo sentido de tempo passado e na terceira, já faz sentido de tempo futuro. Logo, com um mesmo tempo verbal (presente) podem-se expressar sentidos diferentes de tempo. Neste caso percebe-se o erro dos livros didáticos de pedirem identificação e definição da forma verbal como se vê em todas as edições pesquisadas; pois, mesmo estando morfológicamente em um determinado tempo, podem pragmaticamente apresentar no contexto da frase sentidos de outros tempos.

Mais um exemplo disso, é a forma verbal do futuro que é pouco usada; em seu lugar é comum encontrar perífrases que se baseiam em formas presentes. Com isso, vemos a necessidade de aplicar atividades que envolvam a observação e a manipulação real dos fatos e tempos da língua, apresentando a ideia de que fazer gramática é estudar os fatos da língua e não algo acabado e pronto.

- *"Viajo semana que vem para São Paulo".*
- *"Estou viajando a amanhã para Ribeirão das Neves"*
- *"No próximo mês vou viajar para o exterior"*

Portanto, constatamos posturas tradicionais que ainda se segue a modelos de identificação, fixação e memorização de tempos e modos verbais. Além de apresentarem tempos que nem são mais utilizados no português brasileiro como a forma pretérito-mais-que-perfeito, o futuro do presente e o futuro do pretérito que já estão em desuso na fala dos brasileiros, dificultando o aprendizado de Língua materna.

Considerações finais

A partir das definições apresentadas, optou-se por expor as teorias encontradas na Gramática Normativa e na Gramática Funcional, em relação aos tempos verbais, para que se pudesse comparar e analisar qual das duas abordagens apresentam o melhor objetivo e a metodologia mais adequada. São notáveis as diferenças que existem entre as duas abordagens.

A Gramática Normativa é limitada em suas propostas, não apresenta as reais formas de uso do português brasileiro e se restringi somente a uma linguagem homogênea, cristalizada, focando principalmente na norma padrão, pois para os professores, trabalhar com a gramática tradicional é uma questão de comodismo.

A Gramática Funcional se baseia no uso real da língua brasileira, tal perspectiva é mais ampla em relação não só aos tempos verbais, mas também de outros elementos e fenômenos do português. Os professores teriam que trabalhar de forma mais natural e levando em consideração as realizações linguísticas presenciadas na sociedade. O mais importante a ser destacado é que a gramática funcional traz os contextos de uso, o que contribui para um melhor entendimento dos alunos.

Baseado nisso, a gramática mais adequada para o ensino dos verbos, é a gramática funcional, pois mostra as regras reais do funcionamento em todos os níveis em que ocorre, em especial, o texto. Enfim, não se podem estudar conceitos, apenas analisando o que são em alguns momentos, mas sim, o que realmente são em sua essência.

O mais adequado seria se os **autores de livros didáticos** abandonassem seu apego à norma “cultura” e reconhecessem a necessidade de rever seus conceitos de língua, e comesçassem a usar de seus conhecimentos e estudos para produzir um material pedagógico mais acessível a todos.

O professor sempre precisará de textos complementares, seja para estudar conteúdos, seja para suprir lacunas ou complementar e ampliar informações. É preciso, também, que a escola se organize para uma escolha mais coletiva, discutindo procedimentos de análises, examinando exemplares de livros solicitados às editoras, sobretudo, planejando o trabalho continuamente.

Assim, enfatizamos a necessidade de repensar o ensino de gramática nas escolas. Afinal, a língua está a todo o momento sofrendo intervenções e modificações de seus falantes e não pode permanecer estática no tempo. Com isso, devemos estar sempre atentos para conseguir lidar com as variações da língua que conseqüentemente acarretará numa mudança de atitude em sala de aula. Ou seja, adotando uma nova perspectiva crítica do próprio objeto de trabalho: *a norma culta*. Portanto, ter conhecimento estrutural da língua e dominar regras não nos dá autonomia suficiente para seu ensino. É preciso que façamos uma reflexão sobre todos os aspectos (sociais, históricos, culturais) que a rodeiam. Somente dessa forma atuaremos adequadamente e de modo satisfatório em sala de aula.

Referências

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____, Marcos. *Não é errado falar assim! Em defesa do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, Evanildo. *O ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 11. Ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____, Evanildo. *Dicionário da língua portuguesa*. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BERTIN, Terezinha. BORGATTO, Ana. MARCHEZI, Vera. *Português: Ensino fundamental- 6ºano*, 1 ed. São Paulo: Ática, 2013.

_____, *Português: Ensino fundamental- 6ºano*, 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Parâmetro nacional de língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____, Ministério da Educação e Cultura. *Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CEREJA e COCHAR, Thereza. *Português Linguagens – 6º ano Ensino Fundamental*, 5 ed. São Paulo: Atual, 2009.

_____, *Português Linguagens. – 6º ano Ensino Fundamental*, São Paulo: Saraiva, 2015.

COSTA, Cibele. MARCHETTI, Greta. SOARES, Jairo. *Para Viver Juntos- Português- 6º ano*, 3 ed. São Paulo: SM- Ltda, 2012.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Tempo verbal: um problema gramatical ou discursivo*. Letras & Letras Uberlândia, 1993.

SÓ PORTUGUÊS, Português do Brasil X Português de Portugal. Disponível em: <http://www.soportugues.com.br/secoes/curiosidades/Port_brasil_port_portugal.php> Acesso em 3 de junho de 2016.